

15/10/2025



90

Acesse: [www.apeoesp.org.br](http://www.apeoesp.org.br)  
[imprensa@apeoesp.org.br](mailto:imprensa@apeoesp.org.br)

# Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNT** e **CUT**

## **APEOESP PARTICIPA DA MARCHA CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA DIA 29/10 EM BRASÍLIA**

**Proposta que tramita no Congresso prevê fim do concurso público, redução de férias, e a privatização da gestão de serviços essenciais, como escolas e hospitais**

Secretaria de Comunicação

Neste momento, tramita no Congresso Nacional proposta de reforma administrativa que levanta sérias preocupações entre os trabalhadores e trabalhadoras da educação. O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB) criou um grupo de trabalho (GT), composto por apenas 14 deputados e presidido por Pedro Paulo (PSD-RJ), que vem trabalhando em três frentes para fazer a reforma administrativa: proposta de emenda constitucional, uma de lei complementar e outra de lei originária. O projeto discute 70 pontos, entre eles a tabela salarial unificada, vínculo de trabalho, contratação temporária, estabelecimento de avaliação individual e diminuição do tempo de férias.

Para a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), a medida representa um risco direto à continuidade e à qualidade das políticas públicas educacionais, especialmente nas regiões mais vulneráveis do País. A confederação alerta que a reforma busca acabar com o concurso público, na forma de privatização das políticas públicas, com o retorno pleno das indicações políticas para os cargos públicos – entre eles o de professores e professoras – o que pode fortalecer a vergonhosa prática da troca de emprego por votos. Outra questão é a possibilidade de transferir para a iniciativa privada a gestão de serviços essenciais, como escolas e hospitais, desta forma, abrindo caminho para um modelo que transforma direitos em mercadorias.

Outro ponto considerado central pela CNTE é o ataque à estabilidade dos servidores públicos. O fim do concurso e a adoção de contratos temporários podem comprometer não só a valorização profissional, mas também a continuidade de políticas educacionais duradouras e baseadas em mérito técnico.

Em audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo no dia 17 de setembro, promovida pela deputada Professora Bebel, também Segunda Presidenta da APEOESP, o advogado Jeferson Celos explicou que há tentativas de aprovar uma reforma administrativa do setor público desde a promulgação da Constituição de 1988. A última investida foi a Proposta de Emenda Constitucional 32 de 2020, proposta no governo Bolsonaro. A PEC chegou a ser discutida no Congresso, mas teve a tramitação suspensa, como ainda se encontra.

Para Celos, o risco à estabilidade dos servidores públicos, garantida pelo Art. 41 da Constituição Federal, pode levar ao clientelismo. “Temos que afastar essa visão que estabilidade é privilégio. A estabilidade é uma garantia para que os servidores públicos consigam atuar com tranquilidade, com eficiência e sem preocupação de ter que atender caprichos”.

Ainda durante a audiência, Victor Pagani, do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), ressaltou a falta de transparência sobre a proposta. Segundo ele, o GT da Câmara que estuda a proposta não conta com uma participação social efetiva. “As entidades representativas dos serviços públicos não têm sido ouvidas e não temos muita transparência do resultado deste GT”.

## **Marcha contra a reforma dia 29 de outubro**

**Diante destes ataques aos servidores e à qualidade da Educação, a CNTE está convocando as entidades filiadas a participar da Marcha contra a Reforma Administrativa, que acontecerá em Brasília no próximo dia 29 de outubro.**

**A APEOESP participará da atividade e para tanto disponibilizará um ônibus para levar os professores e professoras a Brasília. Os professores e professoras que quiserem participar devem enviar nome, CPF e número do celular para o e-mail: [ednapereira@apeoesp.org.br](mailto:ednapereira@apeoesp.org.br) até as 12 horas do dia 22 de outubro.**